

A importância da documentação e gestão das colecções na qualidade e certificação dos Museus.

Alexandre Matos

Resumo

A normalização documental nos sistemas de informação dos museus tem sido, nos últimos sete anos, a nossa principal área de actividade profissional e de investigação. Verificamos que dada a inexistência de uma normalização de estrutura dos sistemas de informação de museus, em Portugal são inúmeros os casos de criação de bases de dados específicas que se tornam, em pouco tempo obsoletas. O objectivo da presente dissertação é apresentar uma proposta de norma de estrutura de dados que sirva os museus, independentemente do tipo de colecções, as empresas de *software* e o *Instituto de Museus e Conservação* na verificação da qualidade do inventário e gestão das colecções, no âmbito da certificação de museus em curso.

Standards in museum documentation and Collection Management Systems (CMS) have been in the last seven years our main area of investigation and expertise. Portugal has no tradition developing data structure standards to document objects or collections, so our principal aim in this paper, as well as in our thesis, is to propose some fundamental aspects that museums and documentation specialists should be aware when choosing our creating a CMS. Another objective of the current research is to generate an important and urgent discussion on the inclusion of documentation as a relevant part of the museums accreditation scheme carried out by Instituto de Museus e Conservação (IMC).

Palavras-chave – Key Words

Documentação, Normalização, Gestão de colecções

Documentation, Standards, Collections Management

A importância da documentação e gestão das colecções na qualidade e certificação dos Museus¹

Alexandre Matos²

Introdução

O título deste artigo, elaborado com base no estudo que desenvolvemos na dissertação de mestrado que defendemos em Outubro de 2007, pretende sublinhar o importante papel da documentação das colecções quer no funcionamento do Museu quer no desenvolvimento da sua missão. Esta tarefa muitas vezes negligenciada pelos responsáveis deveria ser, na nossa opinião, a trave mestra que suporta todo o restante, e não menos importante, trabalho desenvolvido naquelas instituições. Senão vejamos: que museu poderia conceber uma exposição sem conhecer as suas colecções? Que lógica expositiva seria dada aos visitantes sem sabermos o que tínhamos para lhes mostrar? Que prioridades poderamos definir para uma política de conservação ou de incorporações sem saber o estado real dos objectos ou as tipologias mais e menos representadas na nossa colecção? Que trabalho no museu pode ser feito sem conhecer a colecção que aquele detém?

A resposta a estas perguntas ainda hoje nos inquieta, não é simples e requer uma abordagem complexa e profunda do trabalho de inventário, documentação e gestão de colecções que se vai fazendo em Portugal e, como elemento de comparação, noutros países como o Reino Unido, os Estados Unidos ou o Canadá que detêm as melhores práticas nesta matéria.

Na investigação que levámos a cabo em 2006-2007 iniciámos a nossa abordagem com a recolha de alguns dados específicos sobre documentação de colecções, confrontando-os com a informação e estatísticas relativas ao universo dos

¹ Artigo baseado na dissertação de Mestrado, orientada por Rui Manuel Sobral Centeno, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto: MATOS, Alexandre (2007), *Os sistemas de informação na gestão de colecções museológicas: Contribuições para a certificação de museus* Dissertação de Mestrado do Curso Integrado de Estudos Pós-graduados em Museologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

² Director do departamento de Formação e Investigação da Sistemas do Futuro, Lda., alexandre@mouseion.me, www.mouseion.me.

museus portugueses publicadas pelo Instituto de Museus e Conservação (antigo Instituto Português de Museus). Os resultados deste trabalho permitiram-nos complementar e justificar a percepção da realidade museológica nacional, decorrente do contexto da nossa actividade profissional. Essa foi aliás uma das principais razões que nos levou a seguir esta linha de estudo: conhecer melhor a realidade portuguesa em relação à documentação das colecções nos museus.

A análise que fizemos em 2007 levantou outro problema que se prende com a qualidade dos inventários e com as ferramentas disponíveis para que os museus ou as tutelas possam controlar de forma efectiva a qualidade do trabalho produzido neste domínio.

Não raras vezes somos confrontados com inventários feitos em soluções informáticas caseiras e inadequadas ao exigente trabalho de gestão de colecções; ou em programas informáticos destinados a outros fins – *Excel* da *Microsoft*, por exemplo – que normalmente, e raras vezes com sucesso, suprem a falta de ferramentas apropriadas. O uso destas ferramentas tende a ser o primeiro passo para um conjunto de erros comuns: a repetição de referências bibliográficas, a criação de diferentes registos para a mesma entidade (ex. o mesmo autor com nome e apelido apenas, ou com o nome inteiro escrito), ou a descrição de diversos registos de dimensões na mesma célula/campo. Escudamo-nos de referir situações de completa perda de tempo como os inventários feitos em documentos de *Word*.

Reconhecemos que este tipo soluções são inevitáveis face à situação económica que os museus têm vivido nos últimos anos em Portugal. Os museus, que precisam de tornar mais eficaz e simples o trabalho de registo e inventário das suas colecções, pelo menos numa fase inicial, tendem a procurar soluções ao menor custo possível.

Acontece que é possível que este tipo de soluções seja construído com critérios baseados nas normas internacionais do *International Committee for Documentation* (CIDOC), nomeadamente nas *CIDOC Information Categories*³ que constituem um conjunto de grupos de informação simples e básicos, essenciais a qualquer base de dados de gestão de colecções.

Este artigo pretende apresentar, ainda que de forma sucinta, as conclusões e propostas que fizemos na tese sobre esta matéria e que, entendemos, são um contributo

³ Cf. Página Web das CIDOC Information Categories em http://cidoc.mediahost.org/content/archive/cidoc_site_2006_12_31/guide/guide.html. Consultada em 24-03-2010.

importante na definição de critérios de certificação do trabalho de documentação de colecções que, por sua vez, deve ser um dos elementos de avaliação na certificação de museus iniciada, há alguns anos em Portugal, pela Rede Portuguesa de Museus.

A definição de critérios de certificação do trabalho de documentação de colecções pelos museus é tarefa complexa, dispendiosa e morosa, contudo deve ser considerada como uma das prioridades no contexto museológico nacional, atendendo aos benefícios associados que a experiência dos nossos parceiros europeus atesta.

Normalização – alguns pontos prévios

A sociedade do pós-guerra tem vindo a sofrer um conjunto enorme de mudanças às quais nenhum sector de actividade, museus incluídos, consegue ficar indiferente. Os métodos e procedimentos têm vindo a moldar a nossa forma de trabalho com uma rapidez quase surpreendente. A par destas mudanças, sendo talvez o seu principal impulsionador, está o desenvolvimento tecnológico verificado. Inicialmente em sectores essenciais, como a saúde por exemplo, a revolução tecnológica é hoje em dia sentida em quase tudo o que fazemos, desde o pagamento de uma conta, até à utilização do correio electrónico que veio revolucionar a forma como interagimos e comunicamos. Nos museus, e na tarefa de documentação especificamente, a situação não é diferente, como veremos.

Logo após o final da II Grande Guerra foi criado, no âmbito do *International Council of Museums* (ICOM), um comité internacional para debate da documentação de colecções museológicas tendo como principal objectivo a defesa deste património, na altura em perigo. A criação do CIDOC em 1950, resultado do trabalho e preocupações sentidas pelo Centro de Documentação do ICOM, constitui um marco importantíssimo na história da documentação em museus. É no seio desta instituição que se começam a discutir todos os problemas relacionados com o assunto e a criar textos com recomendações e regras básicas para registo e catalogação de objectos que ainda hoje são pontos de partida muito válidos.

Só mais tarde, nos anos 70, graças à introdução dos meios tecnológicos nos museus e conscientes da importante mudança que se estava a operar, os membros deste comité reconheceram a enorme oportunidade da sua utilização para agilizar e facilitar uma tarefa que é, para a maior parte dos museus, hercúlea.

A documentação das colecções exige um continuado esforço de recolha, classificação e arrumação de documentos, depoimentos e outro tipo de materiais. É esta

documentação que permite aos museus perceber e explicar melhor as evidências materiais humanas e naturais e, por consequência, nos permite uma melhor compreensão sobre o passado. Sem estes novos meios tecnológicos, o trabalho poderia ser feito, mas os recursos necessários seriam enormes e a compreensão da cultura material seria, impreterivelmente, mais lenta e menos qualificada.

Não se pense, no entanto, que basta colocar um computador e respectivo *software* para criação de bases de dados num museu para que o trabalho de documentação das colecções possa ser feito com qualidade. Não são as ferramentas tecnológicas que fazem um excelente trabalho. Pelo contrário, no nosso trabalho neste domínio, verificámos que, quando não utilizadas convenientemente, são estas ferramentas as causadoras das maiores dificuldades. Frequentemente somos confrontados com trabalhos de documentação de colecções que, feitos sem qualquer apoio informático, são mais válidos e eficientes do que alguns com suporte informático, porém inoportavelmente lentos face às necessidades actuais e rapidamente obsoletos do ponto de vista tecnológico. No entanto, reflectindo com seriedade, qual é a mais-valia da rapidez, ou da evolução tecnológica *per si*, quando a resposta de um sistema não é satisfatória ou pode ser mesmo errónea?

As ferramentas utilizadas não dispensam, em nenhuma área de actividade, o planeamento, estratégia e conhecimento sobre o assunto em questão. Assim, num museu a documentação das colecções deve ter em conta alguns aspectos essenciais como o método, os meios e a linguagem utilizados que têm por base um conceito comum: a normalização.

Posto isto importa perceber em que consiste a normalização na documentação de museus. São três as áreas em que se definem normas para os museus. A saber:

Estrutura de dados (data structure): definição dos campos necessários para todo o tipo de informação que o sistema irá comportar e das relações entre os diferentes campos e tabelas de informação numa base de dados relacional (as mais comuns e mais capazes hoje em dia);

Procedimentos (data contents): definição da forma como os conteúdos devem ser inseridos nos distintos campos. Serão aqui descritas todas as convenções utilizadas e todas as regras a seguir pelo utilizador na edição dos registos (ex. definição de formato de datas, dos campos de preenchimento obrigatório ou do formato de imagens e documentos que são associados ao sistema);

Terminologia (data value): definição do tipo de vocabulário, thesauri ou listas de terminologia que podem ser associadas a determinados campos e especificação de

regras para campos com características particulares, como os campos utilizados para registar transcrições em alfabetos distintos do utilizado pelo sistema.

Estas três abordagens, ainda que complementares, são normalmente objecto de estudo separadamente e têm sido alvo da atenção de importantes instituições como o CIDOC, com as supracitadas *CIDOC Information Categories* e mais recentemente com o *CIDOC Conceptual Reference Model* (CIDOC CRM), que é hoje em dia uma norma ISO (ISO 21127:2006)⁴; a *Museum Documentation Association* (MDA)⁵, que desenvolveu o mais utilizado manual de procedimentos de documentação em museus, o SPECTRUM⁶; a *Canadian Heritage Information Network* (CHIN)⁷, que desenvolve um importante trabalho na definição de normas de estrutura de dados e de terminologia; ou o *Getty Institute*⁸, que tem, como é sabido, a importante tarefa de desenvolver e actualizar o importante *Art & Architecture Thesaurus*, ferramenta essencial para os museus, que está neste momento a ser traduzido para espanhol por uma equipa chilena que apresentou o projecto na última conferência anual do CIDOC (Santiago do Chile, Setembro de 2009) (Nagel, 2009) e que urge traduzir para outras línguas.

No âmbito do trabalho que desenvolvemos na tese de mestrado resolvemos concentrar a nossa atenção na primeira das áreas atrás referidas.

Desde logo porque é a principal matéria de trabalho para quem, como nós, se ocupa da tarefa de construir Sistemas de Gestão de Colecções (SGC) que possam ser utilizados por qualquer museu, independentemente do carácter das suas colecções ou da sua natureza funcional e administrativa. Para o fazermos com sucesso é essencial que os museus definam um conjunto de regras que permitam criar um sistema capaz de responder a todas as suas necessidades de documentação e gestão. Esta seria uma tarefa simples, numa primeira e superficial análise, no entanto, a experiência diz-nos que, por diversos motivos, é complexo quer para os museus quer para os seus profissionais seguir este tipo de normas. Senão veja-se a quantidade enorme de museus que contam com sistemas internos desenvolvidos de acordo com as suas próprias necessidades e especificidade das colecções que guardam.

⁴ Cf. CIDOC CRM Home Page em <http://cidoc.ics.forth.gr>. Consultada a 01-04-2010.

⁵ A *Museum Documentation Association* passou a ser, em Abril de 2008, *Collections Trust*. Mais informação disponível em <http://www.collectionstrust.org.uk/history>. Consultada em 02-04-2010.

⁶ Cf. SPECTRUM em <http://www.collectionstrust.org.uk/spectrum>. Consultada em 02-04-2010.

⁷ Cf. CHIN Home Page em <http://www.chin.gc.ca>. Consultada em 02-04-2010.

⁸ Cf. Getty Institute Home Page em <http://www.getty.edu>. Consultada em 02-04-2010.

Acresce que a sua existência faculta aos museus um critério para melhor análise das diversas propostas de sistemas, e permite, se for o caso, criar um sistema próprio cujos dados possam ser transferidos para um outro sistema sem qualquer dificuldade ou lidos por uma aplicação Web, cujo objectivo seja a publicação de informação de dados de qualquer sistema de gestão de colecções, como é o caso do projecto Europeana⁹.

Por fim, a inexistência em Portugal de uma norma de estrutura de dados como as *CIDOC Information Categories* ou a *Normalización Documental de Museos*, publicada pelo Ministério da Cultura Espanhol já em 1996 (CARRETERO, 1998), é um obstáculo à criação de bases de dados capazes de responder às necessidades actuais em termos de documentação, divulgação e disseminação do conhecimento retido nos sistemas de gestão de colecções.

Neste contexto propomos uma solução que, aproveitando a norma criada por especialistas do CIDOC após vários anos de trabalho e debate, – a *CIDOC Information Categories* - se adequa à realidade museológica portuguesa. E, com base na recolha do maior número de informações disponíveis sobre a documentação de museus em Portugal, partimos para a definição de uma proposta de norma, cujo objectivo é ser utilizada pelos museus como referência na aquisição, construção e/ou avaliação do trabalho de documentação, bem como na avaliação dos inventários no contexto da sua certificação.

Método e resultados

O nosso modelo de investigação foi baseado num inquérito. Desde cedo percebemos o risco deste método, dado que a calendarização proposta e os resultados pretendidos quanto à amostra de respostas recolhidas são normalmente incompatíveis e estão completamente fora do controlo do investigador. No entanto, é o método mais seguro e eficaz para obter uma resposta global às questões que tínhamos estruturado e às dúvidas elencadas no início da nossa investigação.

Tomamos como referência, como não poderia deixar de ser, o *Inquérito aos Museus em Portugal* (Silva, 2000) que foi publicado pela primeira vez em 2000. Este trabalho desenvolvido em colaboração com o Instituto Português de Museus (IPM) e o Observatório das Actividades Culturais (OAC) foi o primeiro grande inquérito realizado ao universo museológico português e constitui-se, desde então, como uma fonte de

⁹ Cf. Portal Europeana em <http://www.europeana.eu>. Consultado a 01-04-2010.

dados essenciais para a compreensão deste sector em Portugal. A sua constante actualização, da qual é exemplo a publicação *O panorama museológico em Portugal 2000 – 2003* (SANTOS, 2005), tem sido um dos excelentes e relevantes trabalhos que o, agora, Instituto de Museus e Conservação tem prosseguido.

Com base nos dados publicados nesses dois trabalhos criamos um inquérito complementar composto por cinco partes distintas, antecipadas de uma parte genérica com os dados de identificação do Museu e do responsável pelo preenchimento do mesmo. Essas cinco partes continham perguntas organizadas pelas seguintes áreas: Colecções, Bases de dados, Recursos logísticos, Recursos humanos e Comunicação (Matos, 2007). Em cada uma delas as questões foram direccionadas para compreender a relação destes pontos com o trabalho desenvolvido na documentação e gestão de colecções, uma vez que não nos interessavam dados sobre outro tipo de actividades museais.

Criado o inquérito decidimos inquirir um universo de museus que nos desse garantia de respostas em qualidade e quantidade suficientes para o desenvolvimento da tese e aferição das questões colocadas inicialmente. O universo integrou todos os museus que faziam então parte da Rede Portuguesa de Museus (na altura 120 museus), aos quais juntamos os museus das Câmaras de Lisboa e Cascais, dada a relevância dos trabalhos desenvolvidos nesta área, e das Universidades do Porto e Coimbra, que tendo projectos ambiciosos na documentação das suas colecções, nos permitiriam abranger os museus universitários que não tinham representação na Rede Portuguesa de Museus.

O inquérito foi enviado por correio electrónico, anexado a uma mensagem que solicitava o seu preenchimento e esclarecia os motivos do mesmo. Apesar de ter ultrapassando o limite que tínhamos decidido como mínimo, a percentagem de respostas frustrou as nossas expectativas iniciais. Ainda assim decidimos seguir com o trabalho e utilizar os muito úteis dados que recolhemos nas respostas recebidas (Matos, 2007).

Após a recepção e tratamento estatístico das respostas deparamo-nos com alguns dados que confirmaram o que empiricamente julgávamos ser a realidade e com outros, de certa forma, surpreendentes. Não interessa, neste contexto, enunciar todos os dados recolhidos pelo inquérito, o tempo e espaço não o permitem, mas sublinhamos algumas conclusões que retirámos das respostas recebidas.

Analisando os dados percebemos que, contrariamente à nossa percepção inicial, constatamos uma situação favorável para o desenvolvimento do trabalho de documentação em museus. Os dados recolhidos entre os museus inquiridos demonstram

bons índices no que diz respeito às condições necessárias para a execução deste trabalho, nomeadamente no que respeita os recursos humanos e logísticos. Grande parte dos museus contam com um considerável número de pessoal qualificado afecto a estas tarefas e com sistemas de gestão de colecções que lhes deveria permitir a optimização do inventário (Matos, 2007). Por outro lado, uma grande maioria dos inquiridos (93%, conforme ilustrado) considera que o trabalho de inventário é uma prioridade essencial para o museu.

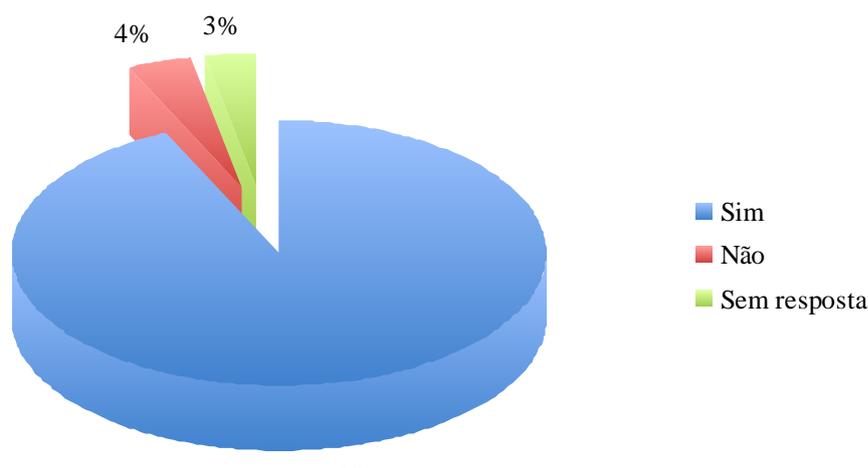


Gráfico 1 – Prioridade do inventário

Outros dados recolhidos permitem-nos ser confiantes relativamente ao futuro dos inventários que os museus estão a desenvolver. Referimo-nos à utilização de *thesauri* nos inventários (ainda que em reduzido número), aos recursos técnicos cada vez mais presentes, como as máquinas fotográficas digitais, os *scanners* ou a *internet*, apenas para citar alguns exemplos, mas também à maior utilização/criação de manuais de procedimentos que são, na nossa opinião, uma das ferramentas essenciais para a qualificação dos inventários nos museus.

Contudo, um dado fundamental, demonstra que há ainda um longo, mas importante, caminho a desenvolver. No total das 76 respostas obtidas, estimamos que existam 3.320.649 objectos nas colecções destes museus, mas apenas 10,44% destes objectos contam com registo em base de dados e, mais surpreendente, apenas 19,67% destes estão inventariados noutra tipo de formatos. Ora este número é, na nossa opinião, muito preocupante e revela uma situação que urge solucionar com rigor e determinação. Estes dados permitem-nos então colocar as seguintes questões: qual o problema que está na base de tão baixa eficiência revelada no trabalho de documentação e gestão de

colecções? Tendo os museus recursos humanos qualificados e meios técnicos não seria de esperar melhores resultados? Qual é então o problema? O que falha?

A resposta que encontrámos relaciona-se directamente com algo que temos vindo a afirmar como essencial na planificação, desenvolvimento e na optimização de resultados do processo de inventário, a normalização. Este não é certamente o único factor de sucesso, mas a utilização de normas em cada ponto deste processo é crucial para o desenvolvimento de ferramentas apropriadas, para a construção de terminologia a adoptar, para a utilização apropriada e eficiente dos meios e, mais importante ainda, para a certificação qualitativa e quantitativa dos resultados obtidos.

Nestes termos resolvemos apresentar uma proposta de normas que possa ajudar o museu e as tutelas a obter um maior rendimento do esforço financeiro e humano que dedicam a levar este navio a bom porto.

Uma norma simplificada

Os museus recorrem a duas possibilidades no processo de gestão e documentação das colecções: a criação de um sistema personalizado ou a aquisição de um sistema de gestão de colecções existente no mercado. Pese embora a primeira se demonstre na prática pouco exequível atendendo às variadas desvantagens que apresenta, uma e outra possibilidades são válidas. De qualquer modo, sublinhamos, a base do sucesso e sustentabilidade prática de um processo de informatização das colecções depende quase exclusivamente da utilização de normas na construção de um sistema, seja ele um produto comercial ou desenvolvido por técnicos do museu.

Para tal é essencial que os museus disponham de um conjunto de critérios nos quais possam confiar e sustentar a opção que tomarem na aquisição ou construção do sistema que irão utilizar. A proposta de norma que apresentámos em 2007 pretende ser um contributo válido para esta opção, bem como para a certificação, à *posteriori*, do resultado do trabalho de inventário desenvolvido. Temos a noção clara que a nossa proposta, apesar de não abranger todas as situações com que os museus se deparam na recolha e tratamento de dados sobre as suas colecções, representa a informação essencial que deve constar numa base de dados de modo a facultar ao museu o conhecimento da sua colecção e a divulgação junto dos seus públicos.

A sua construção envolveu a análise de um conjunto de normas internacionais de que dispúnhamos, como as já referidas *CIDOC Information Categories*, o *SPECTRUM* ou a *Normalización Documental de Museos* espanhola, às quais se junta a análise feita

dos dados recolhidos em inquérito no âmbito da nossa tese de mestrado. Esta análise foi centrada essencialmente nas *CIDOC Information Categories* que tomámos como ponto de partida para a discussão da definição do modelo de dados a adoptar para certificar a qualidade do trabalho de documentação e gestão de colecções.

Esse modelo de dados preconizado pelo CIDOC é constituído por um total de 22 grupos de informação que, por sua vez, representam pelo menos uma categoria de informação. Na perspectiva do CIDOC estas são absolutamente necessárias para um trabalho profícuo e de qualidade. Este modelo contém a informação que comumente designamos por “ficha de inventário”. Se atentarmos na sua estrutura verificamos que faltam campos para informações que se podem recolher nos objectos ou no seu estudo aprofundado, porém a sua construção teve como princípio a recolha de dados comuns a um universo alargado de tipos de objectos e não a situações específicas de objectos de arte, arqueologia, etnologia, antropologia ou qualquer outra área.

Analisado o modelo do CIDOC e as respostas do inquérito sobre os tipos de informação mais utilizados nos museus portugueses obtivemos um modelo de dados que, respeitando as normas internacionais, melhor se adapta às aspirações e necessidades dos museus em Portugal.

A nossa proposta assenta numa base de dados relacional, ou seja, assenta num princípio de não duplicação ou repetição da informação respeitante a um item, seja ele um objecto, uma exposição, um documento ou uma pessoa que se relacione com a colecção.

A estrutura de dados deve ser organizada em diferentes repositórios de acordo com a sua natureza, sendo que a nossa proposta divide-se da seguinte forma: repositório de *inventário*, que contém toda a informação relativa a objectos; repositório de *terminologia*, que deverá conter toda a informação relativa aos termos utilizados na aplicação; repositório de *entidades* (pessoas ou organizações) que se relacionam com a colecção; repositório de *documentação*, que contém todos os documentos que sustentam a informação recolhida ou são gerados na gestão das colecções; repositório de *eventos* que ocorrem e se relacionam com os objectos (ou outros repositórios) como as exposições, acções de restauro, empréstimos, etc; e, por fim, o repositório onde são registados todos os elementos *multimédia* associados ao sistema de gestão de colecções.

Estes repositórios compõem a base de dados relacional e são a estrutura basilar de todo o sistema. Neles deve ser registada toda a informação recolhida pelos técnicos do museu e através destes repositórios deve ser possível estabelecer os pontos de

ligação entre registos que, directa ou indirectamente, se relacionam. Um esquema possível de representação desta estrutura pode ser o apresentado em seguida:

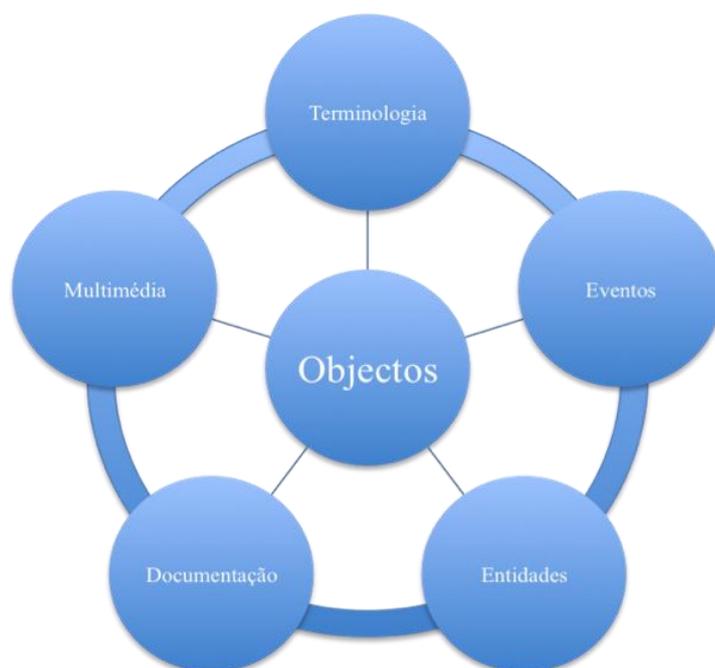


Gráfico 2 – Esquema de estrutura de dados

Sublinhamos dois pormenores importantes no esquema apresentado. Um é a interligação entre todos os repositórios, na base da qual estão as referidas relações entre registos que, sempre que se justifique, deverão ser criadas pelos utilizadores. Outro é a centralidade do repositório de objectos que, uma vez que se trata do elemento principal do sistema de gestão de colecções, representa a preocupação maior que esta tarefa deve ter em relação às restantes.

Esta estrutura deverá obedecer ainda a dois princípios básicos: a salvaguarda do histórico da informação e a possibilidade de criação de mais do que um registo em determinados grupos de informação. Estes dois princípios permitem manter um historial referente a estados de conservação, assim como permitem o registo de todas as medidas necessárias para a correcta identificação dos objectos, apenas para citar dois exemplos.

Um outro aspecto, ainda que mais tecnológico, prende-se com a necessidade de garantir a informação sobre a edição dos registos em toda a base de dados e a gestão das permissões dos utilizadores, matéria bastante sensível hoje em dia.

Definidos estes pressupostos, bem como a organização geral da base de dados, importa saber qual é então a proposta que preconizamos como modelo de dados para a tarefa de objectos.

No âmbito deste artigo não se justifica a apresentação individual de todos os campos que compõem as tabelas desta tarefa. Sumariamente contemplámos 19 grupos de informação, cada qual com uma ou mais categorias de informação, à semelhança do modelo do CIDOC, sendo que uma delas conta com um maior destaque uma vez que representa os dados que permitem o registo da informação genérica dos objectos. É a que designamos por Objecto e conta com os campos de Designação, Descrição, Imagem e Data de registo, para além do essencial número de inventário que deve ser o código de identificação dos objectos em qualquer circunstância.

Na sua dependência directa, estruturados desta forma para responder à salvaguarda do histórico de informação e à existência de mais do que um registo para cada categoria de informação, estão os restantes 18 grupos de informação que englobam aspectos como as autorias, as classificações dos objectos, a sua proveniência, materiais, técnicas ou cronologia, apenas para citar alguns dos exemplos que podemos visualizar no esquema seguinte:

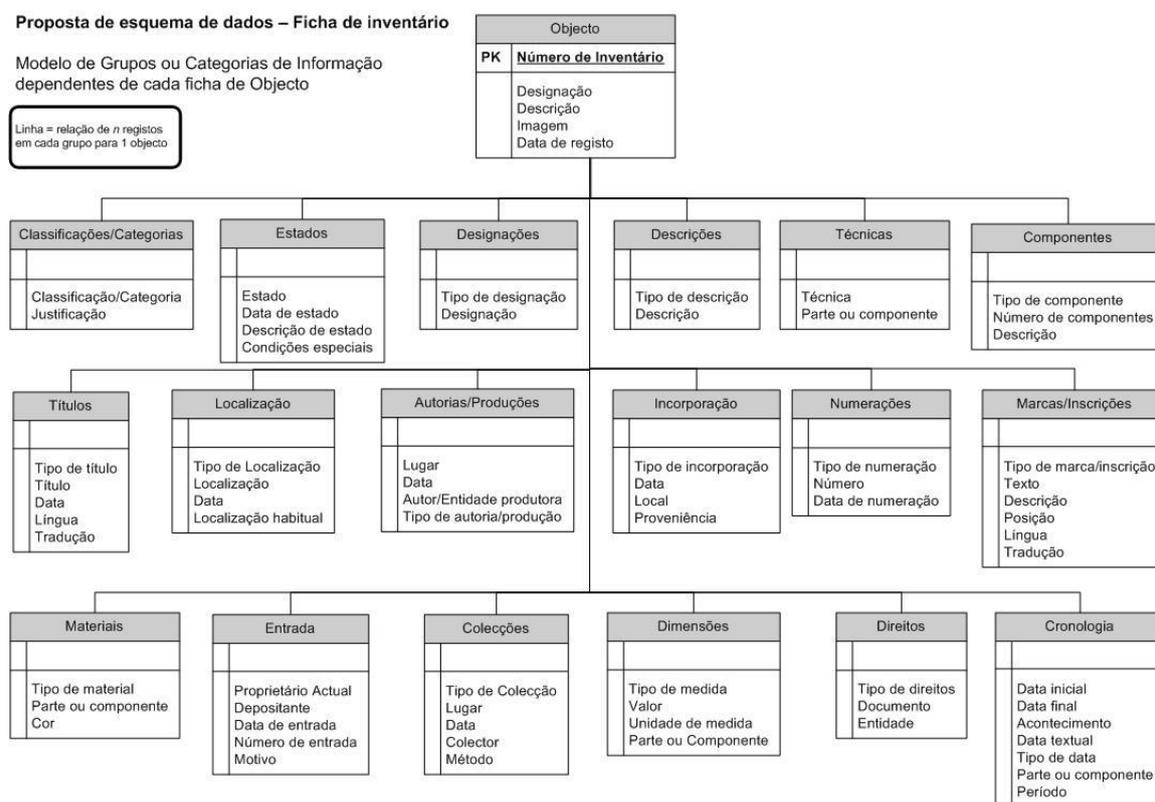


Gráfico 3 – Proposta de estrutura de dados – Objectos

A este tipo de estrutura acresce uma vantagem. Permite, sem qualquer problema com os dados registados, acrescentar novos grupos de informação que sejam úteis para questões específicas dos museus e ainda acompanhar eventuais alterações normativas que venham a ocorrer no futuro.

Na tese apresentámos, a par desta estrutura um esquema de funcionamento das restantes tarefas que, contendo categorias de informação distintas, é muito semelhante ao dos objectos. Com relação a essas tarefas importa referir que sempre que exista normalização específica, caso da documentação de arquivos ou de bibliografia, o sistema deverá respeitar essas normas, ainda que o propósito num sistema de gestão de colecções não seja o mesmo que é o de um sistema de arquivo ou de biblioteca.

Um outro ponto que deve ser alvo de atenção redobrada na criação/aquisição de um sistema de gestão de colecções é a forma como se gerem os termos utilizados no registo da informação. A existência de campos controlados com recurso a tabelas de termos ou a *thesauri*, é uma condição que potencia o sucesso da documentação de colecções. Um sistema baseado em campos de texto livre, sem qualquer controlo, permite e aumenta a possibilidade de erros ocorridos na digitação da informação e dificulta as pesquisas sobre a base de dados. Tanto quanto possível, o sistema deve estar dotado de ferramentas que possibilitem a estruturação dos termos, as suas dependências, as relações entre distintos termos, as suas definições e também o controlo da sua utilização por parte dos inventariantes. Estas ferramentas de gestão de *thesauri*, mais completos e complexos do que as listas de terminologias, podem ser construídas segundo as normas ISO 2788:1986 e ISO 5964:1985 para *thesauri* monolingue e multilingues, respectivamente.¹⁰

Como vimos, a estrutura usada para guardar os dados num sistema de gestão de colecções é essencial no processo de documentação do património. A sua criação com base em normas internacionais aumenta o valor dos dados, na medida em que permite a sua disseminação e a construção do conhecimento através de diversos meios e plataformas atingindo cada vez mais públicos. Acresce que a existência de normas estruturais dá alguma liberdade de escolha aos museus na hora de optar por um sistema comercial. É, na nossa opinião, um sólido indicador da qualidade de informação

¹⁰ Poderão ser encontradas mais informações na página da *International Standards Organization* em www.iso.ch.

existente nos repositórios digitais dos museus e por isso deve ser cada vez mais considerada pelos seus responsáveis.

Terminologia e Procedimentos

Outros dois pontos extremamente importantes na documentação de colecções prendem-se com a criação e utilização de normas de procedimentos e *thesauri* que possam ser utilizados, pelo menos à escala nacional, mas preferencialmente à escala internacional.

A utilização de *thesauri*, terminologia controlada portanto, permitirá uma melhor compreensão da informação registada neste tipo de bases de dados. Caso o *thesaurus* seja multilingue ainda obtemos mais benefícios, porque poderemos obter informação na nossa língua, (ainda que de forma simplificada), sobre objectos que são registados originalmente em inglês, alemão, francês ou até em línguas mais distantes como o russo, por exemplo.

Referimos atrás o esforço que o *Getty Institute* e a *Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos* do Chile (DIBAM) estão a fazer com o projecto de tradução do *Art & Architecture Thesaurus* para espanhol. Este é, na nossa opinião, o melhor caminho. Usar ferramentas que estão desenvolvidas e testadas por outros museus (o *British Museum* desenvolveu alguns *thesauri* também) e instituições de referência e traduzir os termos para a maior quantidade de línguas possível. O facto de estarmos integrados na União Europeia deveria ser facilitador, mas estamos cientes de que estes processos são morosos e complexos, contudo há que iniciá-los.

Outro factor de sucesso é a criação de normas que permitam aos utilizadores dos sistemas, cumprir um conjunto de procedimentos pré-estabelecidos para registar qualquer tipo de informação na base de dados. Desde a simples incorporação na colecção, até ao registo de movimentos ou de empréstimos, a informação recolhida deve ser acrescentada na base de dados segundo regras que evitem a duplicação de tarefas ou informação redundante e que assegurem a inexistência de falhas na documentação e gestão das colecções.

O melhor exemplo deste tipo de norma é, na nossa opinião, o SPECTRUM. Esta norma, originária do Reino Unido e desenvolvida inicialmente pela MDA, é um documento de referência na grande parte dos museus mundiais. Há alguns anos a

*Collections Trust*¹¹, organismo responsável pela gestão e desenvolvimento do SPECTRUM, decidiu transformá-lo num *open standard* passível de ser utilizado pelo maior número de instituições possível. A sua política de internacionalização fez com que o SPECTRUM tenha sido já adoptado a nível nacional, com as respectivas traduções, pela Holanda, Bélgica e mais recentemente pela Ucrânia. Em nosso entender, e à semelhança do proposto para os *thesauri*, seria de grande utilidade a tradução e adaptação da norma à legislação nacional em vigor, propondo-se a adopção dos procedimentos descritos como regra para a documentação a nível nacional. É exactamente este propósito que dirige uma parte do projecto de doutoramento que temos agora em curso: traduzir o SPECTRUM para português e propor a sua utilização generalizada em Portugal.

Conclusão

O registo e a documentação das colecções têm importância fundamental enquanto instrumentos ao serviço das mais diversas ciências cujo objecto de estudo é a cultura material, mas também, e desde logo, ao serviço de todas as tarefas desenvolvidas no trabalho diário no museu. Estas tarefas estão, por isso, entre os principais objectivos dos museus. O nosso trabalho propõe-se contribuir para o cumprimento desta missão, ajudando no conhecimento do património à guarda dos museus e, principalmente, na forma como esse conhecimento é obtido e salvaguardado.

Ao longo dos tempos, em Portugal, os museus têm guardado a informação sobre os objectos de forma um pouco aleatória, sem correspondência com qualquer regra, o que resulta em grande ineficácia no domínio da sua informatização. Com efeito, como se poderá verificar nos dados obtidos em inquérito, descritos no capítulo “Inquérito sobre documentação e gestão de colecções” da nossa tese de mestrado (Matos, 2007), no que concerne a documentação das colecções o panorama português não é o melhor. Contudo, registamos que começam a surgir importantes contributos em alguns fóruns de debate acerca da criação de normas processuais de registo de informação, organizados pelo IMC ou pela Rede Portuguesa de Museus, bem como com a criação de programas de apoio à execução de inventários financiados por fundos comunitários, entre outras iniciativas, como os Encontros de Utilizadores promovidos pela Sistemas do Futuro.

¹¹ A *Collections Trust* assegurou a continuidade do trabalho da MDA no desenvolvimento do SPECTRUM.

Não obstante, o problema central mantém-se. Em Portugal, continuam a não existir documentos normativos na área da gestão do património cultural, o que, na nossa opinião, justifica a reduzida percentagem de museus com a documentação de colecções concluída.

Mantendo-se o problema, é nossa obrigação manter também o espírito crítico e os alertas que temos vindo constantemente a fazer sobre este assunto nos diversos fóruns em que participamos.

Na nossa opinião importa que se siga o exemplo de outros países, constituindo-se centros de debate e produção normativa. Entendemos que tomando como referência o panorama internacional, estes centros deveriam propor normas, adaptadas ou novos documentos, passíveis de serem utilizadas por qualquer museu, sobre qualquer colecção, onde se incluíssem as preocupações com o registo do património imaterial e ainda a produção de *thesauri*. Idealmente, esta iniciativa deve partir do organismo nacional com competência de regulamentar o universo museológico português, mas deveria ser aberta, tanto quanto possível e como acontece noutros casos, à participação de todos os interessados - museus, associações de profissionais de museus, empresas que desenvolvem os SGC e investigadores em museologia e ciências de informação dedicados à documentação e gestão de colecções em museus.

A prazo, estamos convencidos que esta iniciativa traria benefícios importantes para a informação retida nos inventários dos museus, disseminando as melhores práticas, propondo métodos de trabalho mais eficazes, facilitando consultoria especializada aos museus, entre outras acções de apoio, mas também fixando critérios de validação qualitativa e quantitativa da documentação das colecções no processo, mais amplo e em curso, de certificação de museus.

Bibliografia

CARRETERO, A. (1998). *Normalización documental de museos : elementos para una aplicación informática de gestión museográfica*. (2ª, Ed.) Madrid, Espanha: Dirección General de Bellas Artes y Bienes Culturales.

MATOS, A. (2007). *Os sistemas de informação na gestão de colecções museológicas: Contribuições para a certificação de museus*. Dissertação de Mestrado do Curso Integrado de Estudos Pós-graduados em Museologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

NAGEL, L. (2009). *TESAURO DE ARTE & ARQUITECTURA: Genesis y aplicación* . Consultada em 28-03-2010, CIDOC Conference 2009: <http://www.koalawebhosting.com/cidoc/016.pdf>

SANTOS, M. d. (2005). *O panorama museológico em Portugal: 2000- 2003*. Lisboa, Portugal: Observatório das Actividades Culturais e Instituto Português de Museus.

SILVA, R. H. (2000). *Inquérito aos museus em Portugal*. Lisboa, Portugal: Instituto Português de Museus.